

# Qualidade da informação: análise da cobertura jornalística sobre transgênicos

Carina Andrade Benedeti

## Resumo

Este artigo trata da parte empírica da dissertação de mestrado que desenvolvemos sobre a qualidade da informação jornalística. Analisamos e interpretamos dados secundários relativos à cobertura da grande imprensa sobre a temática dos transgênicos em 2004. O método de análise de conteúdo foi aplicado na amostra formada por 213 notícias dos jornais: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil e Valor Econômico. Esse estudo nos permitiu verificar a baixa qualidade da cobertura jornalística analisada, principalmente no que se refere às questões de interesse público. Concluímos, porém, que a qualidade do jornalismo não depende da sua transformação em outro gênero de conhecimento, mas das escolhas profissionais e organizacionais envolvidas no processo de mediação social e construção das notícias.

## Palavras-chave

*Jornalismo, qualidade de informação, transgênicos, interesse público*

## Abstract

This article handles the empirical part of master's degree dissertation that we made about the quality of journalistic information. We analyzed and interpreted secondary data linked to the press coverage of the transgenic foods subject in 2004. The content analysis method was applied to a sample formed by 213 pieces of news of newspapers: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Gazeta Mercantil and Valor Econômico. This study allowed us to verify the low quality of press coverage analyzed here, mainly for the questions of public interest. We conclude, however, that the quality of the journalism does not depend of its transformation in another kind of knowledge, but of the involved professional and organizational choices in the process of social mediation and construction of the news.

## Key words:

*Journalism, quality of information, transgenic foods, public interest*

Neste trabalho, analisamos e interpretamos dados provenientes de uma pesquisa piloto<sup>1</sup> organizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS)<sup>2</sup> da Universidade de Brasília (UnB) e executada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi)<sup>3</sup>, com o apoio de uma equipe de pós-graduandos da UnB, da qual fizemos parte. Essa investigação trata da qualidade da cobertura jornalística da grande imprensa, em 2004, sobre os organismos geneticamente modificados (transgênicos).

A escolha do tema transgênicos se deu em função de dois aspectos: a natureza do assunto e a oportunidade do momento. No primeiro aspecto, o recorte temático adotado caracteriza-se pelo estímulo à polêmica, pela mobilização de posições e interesses divergentes e pelo envolvimento de variados atores sociais. São fatores que poderiam estar ausentes em outros assuntos da área de meio ambiente. No segundo aspecto, a opção foi motivada pela oportunidade de acompanhar, por intermédio de uma amostra representativa, a evolução da cobertura da grande imprensa em um período de tempo significativo.

A seleção do ano de 2004 para a amostra justifica-se pela importância atribuída aos transgênicos nesse período. A intensificação da cobertura da grande imprensa sobre essa questão – motivada pela votação no Congresso Nacional do projeto de Lei de Biossegurança e pela pressão dos agricultores e produtores de sementes geneticamente modificadas para a liberação do plantio de soja transgênica no País – proporcionou maior quantidade e diversidade de notícias e, conseqüentemente, maior representatividade da amostra analisada.

Além disso, para a decisão de trabalhar

com os dados referentes aos transgênicos foi determinante um terceiro aspecto: a importância que o assunto impôs à relação imprensa-sociedade. Contribuíram para enfatizar o papel do jornalismo o pouco conhecimento que a sociedade possuía sobre os organismos geneticamente modificados, as diversas questões envolvidas na sua discussão e a falta de consenso entre os atores sociais (empresas, instituições, organizações não-governamentais e outros) para a construção de um marco legal sobre o tema.

### **Metodologia da pesquisa: Pertinência do método**

Há um caráter essencialmente reflexivo em qualquer escolha teórico-metodológica que se justifica pela especificidade de cada objeto e interesse de pesquisa. A opção de utilizar a análise de conteúdo como método de investigação da qualidade da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004 não foi diferente nesse sentido.

Desde o surgimento da análise de conteúdo<sup>4</sup>, seu status enquanto método de pesquisa passou por períodos cíclicos de grande reconhecimento e de desqualificação (FONSECA JR. In: DUARTE e BARROS (Org.), 2005, p. 190).

Parte desse caráter qualitativo agregado às investigações de conteúdo não surge como mérito exclusivo do processo de transformação dessas análises ao longo dos anos. Surge como fruto de um reconhecimento nas pesquisas em ciências sociais em geral de que não há quantificação sem qualificação; tampouco há análise numérica que não exija interpretação (*ibidem*, p. 24). As atuais pesquisas de conteúdo, portanto, estão inseridas nessa visão indissociável entre quantidade e qualidade nas ciências humanas.

<sup>1</sup> A pesquisa forneceu subsídios para o debate sobre a qualidade da abordagem jornalística das questões ambientais. Os resultados foram apresentados num curso de qualificação de jornalistas realizado pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, em setembro de 2005, nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> O Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) é um espaço acadêmico da Universidade de Brasília que visa contribuir para a produção e disseminação de conhecimentos sobre as relações entre meio ambiente e desenvolvimento, além de formar recursos humanos qualificados na área.

<sup>3</sup> A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura que priorize a promoção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação.

<sup>4</sup> Os primeiros registros de uso da análise de conteúdo datam do século XVII. Um exemplo de aplicação prematura do método foi realizado na Suécia, por volta de 1640, com o objetivo de investigar noventa hinos religiosos, por meio da análise de seus temas, valores, tendências e complexidade estilística. A intenção era saber se os hinos poderiam produzir efeitos nefastos nos luteranos (BARDIN, 1977, p. 14-15).

A nosso ver, esse método é pertinente ao interesse de avaliar a qualidade das notícias e de suas informações porque nos permite quantificar características e tendências, apontar suas implicações qualitativas, fazer inferências sobre os problemas verificados e suas possíveis soluções no jornalismo. Desde que associada a um referencial teórico consistente, a ênfase na sistematização – de fontes, atores, conseqüências, posicionamentos, enfoques, enquadramentos e outros aspectos – é uma forma de trazer à luz da análise aquilo que não se percebe de imediato, de dar transparência à informação noticiosa.

### Universo de pesquisa

A fim de identificar as características da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004, foram selecionados cinco grandes jornais brasileiros – Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil e Correio Braziliense – e dois jornais de circulação nacional sobre negócios/economia – Gazeta Mercantil e Valor Econômico – para serem analisados<sup>5</sup> por intermédio de uma amostra representativa.

A técnica de seleção amostral adotada foi a de semana composta: a composição de uma semana representativa para cada um dos 12 meses do ano, por meio de sorteio dos dias<sup>6</sup>. Após a escolha dos dias a serem pesquisados, foram definidas palavras-chave – transgênico(s); transgenia; organismo(s) geneticamente modificado(s); alimento(s) geneticamente modificado(s); Lei de Biossegurança – para a busca eletrônica das notícias nas versões *on-line* dos sete jornais impressos. A triagem do material, para garantir que textos tratassem do assunto com certa intensidade, resultou numa amostra de 213 notícias.

### Composição da amostra

Os jornais O Estado de S. Paulo e Gazeta Mercantil foram os que apresentaram o maior percentual de matérias (23,9% e 23%, respectivamente) na amostra. Em terceiro lugar, com 16,9%, está o jornal Valor Econômico. A Folha de S. Paulo vem em quarto lugar, com 13,6%. O Correio Braziliense representa 9,4% da amostra, o Jornal do Brasil, 7%, e O Globo, por último, representa 6,1% das notícias. Somados os percentuais dos dois jornais sobre negócios/economia e de O Estado de S. Paulo, observamos que 63,8% da cobertura noticiosa analisada foi produzida por organizações jornalísticas de notório interesse nas questões do agronegócio brasileiro.

### Codificação das notícias

A codificação é o processo de sistematização dos dados brutos para facilitar o reconhecimento das características do material selecionado. A amostra representativa foi codificada por intermédio da aplicação de um instrumento de análise<sup>7</sup> estruturado com 15 questões que, ao todo, somaram mais de 280 opções de resposta.

Depois da codificação, as informações foram transferidas para um processador estatístico. Os indícios sistemáticos constatados permitiram identificar as características do trabalho jornalístico realizado e possibilitaram análises e inferências sobre a qualidade da cobertura jornalística.

### Características da cobertura analisada: uma disputa política pautada pela economia

A discussão da nova Lei de Biossegurança no Congresso Nacional teve importância crucial na cobertura analisada. Cerca de um

<sup>5</sup> A escolha dos veículos levou em consideração a abrangência: os dois maiores jornais de São Paulo, os dois maiores do Rio de Janeiro, o maior jornal da Capital Federal e os dois maiores jornais sobre negócios/economia do País.

<sup>6</sup> Essa semana artificialmente construída deveria possuir os mesmos dias de uma semana real (segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e domingo).

<sup>7</sup> O questionário foi formulado a partir de uma pré-análise da cobertura e da definição de questões importantes para a avaliação de qualidade das informações selecionadas.

quarto das matérias (25,8%) tem foco central no texto, tramitação e debate da nova lei e 31,6% das notícias citaram a nova Lei de Biossegurança em seus textos.

As matérias com foco central na liberação dos transgênicos (ou autorização legal da comercialização, do plantio e do uso em alimentos de grãos geneticamente modificados) vêm em segundo lugar, com 17,4%. Aliás, a cobertura noticiosa teve aproximadamente 12 vezes mais notícias com foco central na liberação (17,4%) do que na proibição (1,4%) de transgênicos. O foco na pesquisa científica, assim como o foco na agricultura, vem em terceiro lugar, ambos com 7%.

O impasse entre os favoráveis e os contrários à comercialização e ao plantio de transgênicos no País foi enfocado majoritariamente sob a perspectiva política, mais especificamente, de representação político-partidária. A ênfase no embate travado entre os congressistas durante a tramitação da Lei de Biossegurança fez com que o enquadramento<sup>8</sup> político da temática prevalecesse em quase metade das notícias analisadas (48,8%).

Em segundo lugar, ocupando praticamente o mesmo peso na cobertura, estão as notícias que abordaram os transgênicos prioritariamente sob o viés (ou enquadramento) econômico/financeiro (11,7%), agrícola (12,7%) e jurídico (12,7%). Já o enquadramento do tema sob o ângulo de saúde pública foi insignificante (apenas 1,4%).

Apesar de o enquadramento político prevalecer na cobertura, a preocupação de fundo do noticiário foi, evidentemente, de caráter econômico/financeiro, motivada pela importância da agricultura para a economia brasileira. É interessante observar, porém, que em 72,8% da amostra nenhuma empresa produtora de

sementes transgênicas é citada, característica que vai de encontro à expectativa de uma abordagem mais aprofundada dos interesses econômicos envolvidos na questão.

Na mesma linha de raciocínio, verifica-se que 76,5% das matérias não mencionaram a questão dos transgênicos em outros países ou macro-regiões do mundo, informação que permitiria ao público leitor a formação de uma opinião sobre o tema a partir das experiências vividas em outros lugares.

### Falando aos pares

Ao contrário do que se poderia esperar, a demanda pública por informação esclarecedora não determinou o perfil da cobertura noticiosa. Mesmo diante de um evidente desconhecimento público de questões fundamentais sobre a temática dos transgênicos, causado pela novidade e complexidade do assunto, 93,4% das notícias não trouxeram uma contextualização histórica da discussão.

A propósito, quanto à abrangência ou nível de abordagem do assunto, 36,6% das notícias são caracterizadas como *factual* e 54,9%, como *contextual simples*<sup>9</sup>. Nesse ponto, divergimos das opções apresentadas pelo instrumento de codificação (questionário). A nosso ver, o que foi denominado como *contextual simples* é equivalente a uma noção de abordagem *factual* no jornalismo, pois, em se tratando de notícia, existe um mínimo de informação a ser produzido que naturalmente atinge essa classificação. Consideramos que a diferenciação entre esses dois níveis, portanto, é desnecessária. De qualquer forma, podemos dizer que 91,5% das matérias não passaram de uma abordagem simples do tema.

Os resultados da análise são ainda mais reveladores quanto à qualidade do tratamento

*<sup>8</sup> Segundo Mauro P. Porto (2002), apesar do crescente uso do termo, não existe uma definição consensual sobre o que sejam os enquadramentos da mídia. Para o pesquisador, é possível, todavia, identificar seus aspectos principais nos estudos já realizados: o termo enquadramento é relacionado quase sempre à escolha dos aspectos interpretativos da realidade que serão salientados de forma a influenciar na recepção e compreensão dos fatos.*

*<sup>9</sup> Segundo as definições adotadas na investigação, a notícia: *factual* “restringe-se à descrição de um fato/assunto objetivo e imediato/recente”; *contextual simples* “explica um fato/assunto ou as razões que levaram à sua ocorrência, traz informações que facilitam o entendimento do leitor, usa informações de poucas fontes”; *contextual explicativa* “descreve um fato/assunto de forma pormenorizada, acrescenta detalhes, traz informações de fundo, usa ordem cronológica, usa informações de várias fontes; dispõe de boxes ou textos curtos auxiliares, caracteriza os personagens ou fontes da matéria, fornece visão geral sobre o fato/assunto”.*

dispensado à temática se considerarmos que 91,5% da cobertura analisada não definiram claramente o que são os transgênicos contra 8,5% que fizeram essa definição. Ainda sobre a carência de um tratamento mais abrangente da temática, observamos que 86,4% da cobertura não associaram os transgênicos a uma política governamental mais ampla, como a política ambiental, agrícola ou de comércio exterior.

Em 81,7% das matérias não foram apresentadas informações sobre orçamento e/ou montante de recursos envolvidos no debate e 60,1% das notícias não forneceram, aos leitores, estatísticas sobre o tema. Certamente, esses dados fizeram falta ao público. Se, por um lado, a banalização dos números no jornalismo é criticável, por outro lado, é inegável que a representação numérica possibilita aos leitores o estabelecimento de comparações elucidativas.

Um dado surpreendente, diante dos demonstrados até então, é o fato de 61% das matérias terem apresentado causas e 46,5% apresentado soluções para as questões que levantaram.

### **Uma tendência ao desequilíbrio**

Outro elemento central para a caracterização da cobertura da grande imprensa sobre os transgênicos em 2004 é a identificação da tendência majoritária das notícias em relação à liberação ou proibição dos organismos geneticamente modificados no País. Nesse sentido, a pesquisa procurou mapear como as matérias se posicionaram (contra, a favor, equilibradamente, com deslocamento<sup>10</sup> para o contra, com deslocamento para o a favor, sem posicionamento ou não foi identificado) e quem foi responsável pelo posicionamento (as fontes, o repórter ou não foi

identificado).

Observamos uma tendência favorável a cobertura jornalística aos organismos geneticamente modificados. As notícias favoráveis e as que tiveram um claro deslocamento para o a favor somaram 40,4%. Já as matérias que foram contra e as que tiveram um claro deslocamento para o contra somaram 10,3%. Apesar da tendência favorável aos transgênicos, 72,8% das notícias não ofereceram ao público conseqüências positivas da sua utilização. A menção às conseqüências negativas também foi pequena, presente em 15% das matérias.

Além disso, 31% da cobertura não abordaram nenhuma posição sobre os transgênicos (deve liberar ou proibir, faz bem ou faz mal, é vantajoso ou não é, é arriscado ou seguro) sob nenhuma perspectiva; um dado curioso em razão da controvérsia que o assunto instigou nos diversos setores da sociedade. Somente 18,3% da amostra apontaram a polêmica associada à temática transgênicos porque mencionou posições conflitantes (35,7% apresentaram apenas uma visão do assunto).

Realmente preocupante foi o percentual de notícias que apresentaram pontos contra e a favor na mesma proporção. Apenas 3,3% das matérias deram um tratamento equilibrado para a temática, um dos princípios da atividade jornalística. Os posicionamentos em relação aos transgênicos foram atribuídos às fontes de informação consultadas em 87% das notícias. Em 15% da cobertura, não foi possível identificar posicionamento.

### **O oficial é notícia**

A análise da amostra representativa também produziu resultados significativos sobre o tratamento que a grande imprensa dispensou

<sup>10</sup> O termo deslocamento é utilizado para indicar uma tendência majoritária de posicionamento nos textos que apresentaram posições divergentes.

à temática dos transgênicos em 2004 no que se refere à origem das informações divulgadas e aos critérios de noticiabilidade que prevaleceram na cobertura. O primeiro dado nesse sentido trata de como se deu a inclusão do assunto na pauta jornalística. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores buscaram elementos que indicassem o que/quem mobilizou o trabalho jornalístico.

Observou-se que em 22,1% das notícias os transgênicos foram incluídos na pauta jornalística devido ao anúncio oficial de novas medidas; em 16%, foi a cobertura dos debates no Congresso Nacional que motivou os jornalistas; 7,5% das notícias originaram de respostas do poder público a demandas prévias de outros atores; 2,3% são consequência do anúncio oficial de resultado de medidas que começaram a ser implantadas no passado. Isso significa que quase 50% da cobertura responderam à demanda oficial de divulgação de informação ou noticiaram decisões, explicações, posicionamentos e ações de autoridades legalmente constituídas.

As notícias que indicaram inserção da temática transgênicos na pauta por demanda do setor agrícola representaram 6,6%, o mesmo percentual das que corresponderam à demanda da comunidade científica. Em 2,8% dos casos, a grande imprensa respondeu à demanda dos movimentos ambientalistas para noticiar a questão dos transgênicos e em apenas 0,5%, à demanda de outros movimentos sociais organizados. Não foi possível fazer a aferição da forma de inclusão na pauta em 12,7% das matérias.

Outro dado importante sobre a origem das informações divulgadas diz respeito às fontes consultadas. Em 19,2% das matérias, a principal fonte é o Legislativo Federal. Em segundo lugar, com 7%, está o Ministério da

Agricultura. O Executivo Federal<sup>11</sup> e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estão juntos, em terceiro lugar, com 5,6% cada. Já o Ministério do Meio Ambiente foi a principal fonte ouvida em 2,3% das notícias.

A análise dos resultados nos revela que em 47,3% das matérias a principal fonte ouvida é o poder público federal ou estadual, ou seja, em quase metade das matérias pesquisadas a fonte de informação priorizada é oficial. Os outros 52,7% se dividem entre as seguintes fontes agrupadas por afinidade: órgãos técnicos e de pesquisa vinculados ao Executivo (8,4%); organizações não-governamentais, ambientalistas e órgãos de defesa do consumidor somam 5,7%; produtores de sementes transgênicas, agricultores, associações e representações do setor agrícola (total de 16,9%); pesquisadores e especialistas (5,1%); organismos internacionais (4,2%); e outros (2,3%). Em 9,9% das matérias não foi possível identificar as fontes consultadas.

Quanto à diversidade de origem da informação, verificamos que em 58,2% da cobertura mais de uma fonte foi consultada. No entanto, apenas 36,2% das notícias apresentaram fontes com opiniões divergentes sobre os aspectos envolvidos na temática dos organismos geneticamente modificados. Esses resultados nos levam a concluir que em 22% da amostra mais de uma fonte foi ouvida para defender a mesma opinião.

O nível de pluralidade da cobertura jornalística também pôde ser avaliado pela variedade de atores mencionados nas notícias, já que a discussão sobre transgênicos envolveu diversos agentes da sociedade. Nesse ponto, constatamos que o Legislativo foi o principal ator mencionado (citado em 103 matérias), seguido pelo Ministério da Agricultura

<sup>11</sup> Os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde e a Casa Civil foram considerados na pesquisa separadamente dos demais órgãos que compõem a administração direta do Executivo Federal.

(citado em 69 textos), pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (mencionada em 58 matérias) e pelo Ministério do Meio Ambiente (51 notícias).

### **A sociedade não é notícia**

Sobre o tratamento que a grande imprensa dispensou à sociedade civil durante a cobertura, a pesquisa produziu resultados preocupantes. Das 213 matérias analisadas, apenas 4,7% adotaram um enquadramento da temática transgênicos pelo ângulo da sociedade civil, o menor percentual nessa categoria. O número de notícias que enquadraram o debate pela perspectiva do setor privado foi quatro vezes maior (18,8%). Em 63,8% das matérias prevaleceu a visão do setor público como enquadramento institucional do assunto.

Também se observa que questões cruciais para a discussão, desde uma perspectiva da sociedade, não estiveram presentes nas notícias de forma significativa. Por exemplo, 93% das matérias não discutiram a necessidade de se autorizar a venda dos alimentos geneticamente modificados apenas após a comprovação de que não oferecem risco, uma preocupação incontestada da sociedade.

Se considerarmos que 17,4% da cobertura têm foco central na liberação dos transgênicos e que a grande maioria das matérias está permeada por essa questão, parece ainda mais problemático o fato de apenas 3,3% das notícias discutirem o direito do consumidor de saber a origem transgênica dos alimentos e somente 6,1% mencionarem os órgãos de defesa do consumidor na amostra analisada.

### **Descompasso entre as expectativas e a prática**

O primeiro aspecto que destacamos da análise é o tratamento majoritariamente factual do assunto transgênicos. As grandes questões políticas envolvidas no tema diluíram-se nos detalhes sobre os bastidores da luta política travada, principalmente, no Congresso Nacional.

É bem verdade que o acompanhamento das ações do poder público faz parte das atribuições centrais da imprensa (fiscalizar por intermédio da visibilidade pública), mas dar inteligibilidade à atualidade também é uma atribuição essencial do jornalismo. Entretanto, a cobertura da grande imprensa não inseriu os fatos noticiados em uma dimensão contextual mais ampla, fundamental para que o público compreendesse a trajetória do tema no País e os interesses envolvidos no processo.

Podemos dizer que, desde o surgimento do jornalismo informativo, a sociedade espera conhecer aspectos relevantes do tempo presente por intermédio das informações jornalísticas. É pela competência de informar o público sobre os fatos sensíveis à percepção humana – inéditos (novos) ou significativos (atuais)<sup>12</sup> –, com precisão de detalhes e compromisso de correspondência à realidade, que “o jornalismo incumbe-se de atualizar o nível de informação da população com velocidade impossível de alcançar por outro meio” (LAGE, 2005, p. 82). Portanto, faz parte da natureza do jornalismo produzir informações cristalizadas na dimensão fenomênica da realidade (GENRO FILHO, 1996); tratar da factualidade é a característica mais marcante do jornalismo como forma de conhecimento.

Contudo, essa forma de apreensão da

<sup>12</sup> Felipe Pena (2005, p. 41) considera que “atualidade refere-se ao tempo de veiculação e não da ocorrência do fato. Ou seja, nem sempre significa um fato novo”. Em parte, concordamos com o autor, embora a diferença entre o atual e o novo seja mais evidente de outra maneira: atualidade se refere àquilo que persiste como significativo na época em que se vive, por exemplo, velhos problemas são atuais à medida que se mantêm relevantes para o público; já a novidade se refere tanto ao inédito (o que transgride o esperado) quanto àquilo que estava oculto e tornou-se visível no presente.

realidade (pelo efêmero, pelo singular), não limita o conteúdo jornalístico aos fatos singulares. Segundo Genro Filho (op.cit.), as notícias também são capazes de manifestar os contextos particulares que atribuem significado aos fatos, além de insinuar explicações totalizantes (universais) para esses fenômenos, as quais não se desenvolvem explicitamente nos textos. A nosso ver, essa capacidade de extrapolar o factual e expressar o contextual possibilita aos jornalistas escolherem a amplitude da abordagem da realidade que pretendem desenvolver em suas notícias, sem abrir mão dos fatos. Isso significa que a factualidade é imperativa no jornalismo, mas o quanto os jornalistas vão se empenhar para reconstituir em seus textos as conexões do factual com o contextual é uma decisão profissional.

Essa escolha, entretanto, depende de alguns fatores: do perfil editorial das organizações jornalísticas (se priorizam a quantidade ou a profundidade das notícias); das condições de tempo para produção e de espaço para publicação das informações; da demanda pública em relação ao assunto. Há, portanto, uma espécie de arbítrio condicionado no jornalismo no que se refere à escolha entre esses dois níveis de abordagem da realidade: concentrado no factual ou também contextual. Esse arbítrio é profissional porque nem a linguagem nem a forma de conhecimento do jornalismo determinam essa decisão.

De outra parte, essa escolha é condicionada pelas limitações reais de desempenho da atividade e pela demanda de contextualização que o fato e a sociedade apresentam. A primeira condição remete à esfera organizacional do jornalismo (à sua prática em cada empresa jornalística) e a segunda, à esfera institucional da atividade jornalística (à sua

relação com a sociedade). Nesta última, o arbítrio profissional é influenciado pela expectativa social. A demanda de contextualização de um fato<sup>13</sup> depende do que ele representa para a sociedade; um fato relevante, complexo, desconhecido, polêmico, conflituoso, confuso ou determinante vai demandar, por parte do público, um tratamento jornalístico mais contextualizado.

No caso das notícias sobre transgênicos, a abordagem majoritariamente factual foi motivada pela ênfase dada à tramitação da Lei de Biossegurança no Congresso Nacional. Em parte, os conteúdos das notícias são determinados pelos espaços enfocados e pelas fontes consultadas para a construção da informação, ou seja, os representantes políticos e o ambiente do parlamento estimularam o destaque de aspectos pontuais do tema, quase sempre, personalizados e partidarizados. Todavia, sabemos que os mesmos espaços e as mesmas fontes alimentam as informações jornalísticas de formas distintas, já que a mediação dos jornalistas é uma mediação ativa que prioriza, seleciona e investiga (GENTILLI, 2005).

Podemos, então, levantar hipóteses explicativas para a atitude dos jornalistas, dos sete jornais pesquisados, que priorizaram na cobertura noticiosa o tratamento factual da temática: a falta de tempo para contextualizar as questões e o excesso de acontecimentos no Congresso Nacional sobre o assunto são hipóteses razoáveis. Entretanto, quaisquer que sejam as explicações, não amenizam o fato de as notícias praticamente não terem apresentado à sociedade informações contextualizadas sobre um tema relevante, complexo, polêmico, desconhecido e abrangente como esse.

Assim, no que se refere ao público que

<sup>13</sup> Definimos como fato um recorte espaço-temporal específico do presente, que pode ser um acontecimento (uma ação) ou uma questão (uma situação problemática) da realidade.

teve acesso em 2004 às notícias da grande imprensa, a constituição de uma visão qualificada sobre os transgênicos foi prejudicada, não pela natureza da informação jornalística (suas características intrínsecas), mas pelas escolhas profissionais e pelas condições organizacionais que restringiram as potencialidades do jornalismo.

Ainda sobre o papel de tornar a atualidade inteligível ao público, observamos que informações básicas estiveram ausentes da cobertura: definição do que são os transgênicos; orçamento e/ou montante de recursos envolvidos no debate; estatísticas e conseqüências da utilização dos organismos geneticamente modificados.

Nesse caso, estamos tratando de falhas elementares de informação. A clareza, a exatidão, a redução das ambigüidades e a coerência são características pertinentes a toda comunicação humana para que seja compreensível; são exigências comuns aos textos informativos justamente por facilitarem o entendimento do que se pretende expressar. As idéias do filósofo inglês H. Paul Grice são elucidativas nesse sentido.

Grice (apud MOTTA. In: Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 1, n. 2, 2004) afirma que todo ato comunicativo orienta-se por algumas máximas de eficácia, que não são prescritivas, mas princípios de cooperação entre os seus participantes. “Essas máximas podem ser de quantidade (ao comunicar, seja informativo e conciso), de qualidade (diga verdades, não diga algo sem provas), de relação (seja relevante) e de modalidade (seja claro, ordenado, não seja ambíguo)” (MOTTA, op. cit., p. 123).

Para Motta (op.cit., p. 127), esses princípios acentuam-se no jornalismo devido ao seu objetivo de “intercambiar as informa-

ções com os leitores, ouvintes ou telespectadores de forma radicalmente efetiva e econômica (no sentido lingüístico dos termos)”. Além disso, a heterogeneidade de público do jornalismo deve ser levada em conta. Acreditamos que esses princípios cooperativos do ato comunicativo se tornam normativos na comunicação jornalística, pois as notícias são comunicações que priorizam o seu conteúdo (informação) e têm a tarefa de bem informar um público indiscriminado. Isso nos leva a questionar a eficácia comunicativa da cobertura noticiosa analisada, com base nas falhas informativas mencionadas.

É evidente, porém, que as restrições temporais do jornalismo contribuem para o aparecimento de lacunas ou equívocos de informação. Com freqüência, a “dupla contemporaneidade”<sup>14</sup> a qual a atividade está submetida – produzir relatos contemporâneos aos fatos que aborda – limita a compreensão do jornalista sobre a realidade. Atuar como narrador do tempo presente, portanto, é um empecilho para a qualidade informativa. Além disso, a pressão dos horários de fechamento das edições dos jornais e a concorrência entre as empresas jornalísticas contribuem para que a lógica da informação em primeira mão (MORETZSOHN, 2002) se transforme na lógica da primeira informação à mão, ou seja, de pouca elaboração dos textos e checagem das informações.

Ocorre que não cabe ao público pressupor, mas ao jornalista expor, com clareza e responsabilidade, as limitações do trabalho que realiza. Essa transparência na conduta profissional tem fundamentação na noção de objetividade como método investigativo do jornalismo (KARAM, 2004). No caso da cobertura dos transgênicos, faltou rigor investigativo para a inclusão de informações essenciais

<sup>14</sup> Expressão de Paul H. Weaver (In: TRAQUINA (Org.), 1999).

ao público, bem como faltou transparência profissional para trazer ao conhecimento público os empecilhos encontrados nesse processo.

Além da competência de expor com clareza um recorte da realidade, a tarefa de produzir relatos jornalísticos verdadeiros também implica a capacidade de reconstituir as relações que o configuram na sociedade (GUERRA, 1998). No caso analisado, significa que as notícias não poderiam deixar de abordar a temática transgênicos na forma como ela se configurou na sociedade: como uma polêmica que instigou posições diferentes. Contudo, somente 18,3% da cobertura<sup>15</sup> mencionaram posicionamentos conflitantes sobre o tema.

A menção à controvérsia gerada pelo assunto poderia ser feita, principalmente, por intermédio da recorrência a diferentes fontes de informação e de opinião. No entanto, a análise das fontes consultadas nos revela que, em quase metade das notícias, a principal fonte de informação foi oficial.

Por um lado, esse dado é coerente com o fato de quase metade das matérias tratarem do anúncio oficial de novas medidas, da discussão da Lei de Biossegurança e da divulgação oficial de respostas e resultados sobre o tema. A ênfase atribuída às fontes oficiais, portanto, seria justificada pela principal forma de inclusão da temática transgênicos na pauta jornalística: pela via oficial.

Por outro lado, a priorização de pautas centradas nas instituições e nos representantes oficiais foi uma escolha jornalística e não uma resposta espontânea à demanda existente. Primeiro porque as demandas de outros setores da sociedade não foram atendidas com a mesma prioridade (a demanda dos movimentos ambientalistas, por exemplo, mobilizou a cobertura jornalística em

apenas 2,8% dos casos). Segundo porque a forma de inclusão do assunto na pauta jornalística não tem necessariamente que coincidir com a principal fonte de informação da matéria; uma nova medida anunciada pelo governo, por exemplo, pode ser avaliada prioritariamente por uma fonte não-oficial.

Na realidade, os jornalistas e as organizações jornalísticas se relacionam de forma diferenciada com as fontes de informação. Podemos citar alguns fatores – mapeados nos estudos da área (SOUSA, 2000) – que interferem nessa relação: a facilidade de acesso dos jornalistas às fontes que estão organizadas para atendê-los com a prontidão; as conveniências dos posicionamentos de determinadas fontes para as organizações jornalísticas (Gans); a adequação aos critérios de noticiabilidade e convenções jornalísticas (Schlesinger); a credibilidade e autoridade das fontes institucionais (Blumler e Gurevitch); e a tendência à personalização das notícias nos indivíduos de maior projeção social (Curran).

Se utilizados para a interpretação dos resultados desta pesquisa, esses fatores levantam algumas hipóteses para a priorização das fontes oficiais na cobertura: foram mais acessíveis, mais convenientes e mais credíveis para os jornalistas e os jornais. Contudo, não foram somente esses aspectos que influenciaram na priorização das fontes oficiais ao longo da cobertura. É preciso ponderar que “a produção da visibilidade do poder, ou a publicização do governo é a razão de ser da imprensa” (GENTILLI, 2005, p. 138), ou melhor, é uma das principais razões de existência da atividade jornalística. Portanto, a visibilidade dos representantes de instituições oficiais faz parte dos compromissos do jornalismo nas democracias.

<sup>15</sup> Percentual obtido pela soma das notícias que apresentaram posicionamentos contra e a favor, na mesma proporção e em proporções desiguais.

Ocorre que as fontes consultadas também podem influenciar o conteúdo das notícias, promover ou impedir a divulgação de determinadas informações e definir o sentido dos assuntos noticiados (Sigal; Molotch e Lester; Hall et al. apud SOUSA, 2000), além de apresentar interpretações para os fatos (PORTO, 2001) e informar o que o público precisa saber. Desse ponto de vista, priorizar fontes oficiais é correr o risco de priorizar o interesse de governo em vez do interesse público, ou seja, de se distanciar da sociedade, enfocando apenas os seus representantes políticos. Além disso, a representação política não é a única representação legítima nas sociedades democráticas. Existem outras, como os movimentos sociais, associações de trabalhadores, organizações não-governamentais.

É evidente que a diversidade de fontes na informação jornalística é uma condição para a pluralidade de conhecimentos, interpretações e posições em relação aos fatos. No entanto, pouco mais da metade das notícias analisadas consultou mais de uma fonte; só 36,2% apresentaram fontes com opiniões divergentes<sup>16</sup> e 22% ouviram mais de uma fonte para defender a mesma opinião. Um reflexo dessa insuficiência de diversidade de fontes é o fato de 35,7% das notícias terem apresentado apenas uma posição sobre o assunto.

O percentual ínfimo de notícias que apresentaram pontos contra e a favor dos transgênicos na mesma proporção (3,3%) faz a discussão sobre a ausência de tendenciosidade no jornalismo parecer mera ideologia profissional. Essa impressão não advém da impossibilidade de agir com imparcialidade no jornalismo, como poderiam esperar aqueles que creem que a manifestação de favoritismo na mediação jornalística é inevitável (argumen-

to que, em última instância, invalida qualquer possibilidade de justiça, embora a mediação jurídica implique sempre julgamento e a mediação jornalística, não); ela advém da verificação de que pouquíssimas notícias não privilegiaram explicitamente em seu conteúdo um dos dois principais posicionamentos relacionados à temática.

Contudo, se é possível estabelecer uma escala dos problemas de qualidade de informação verificados na cobertura analisada, sem dúvida alguma, a pouca importância dada ao interesse público foi o mais grave. Considerar a expectativa pública em relação aos transgênicos era fundamental para a produção de notícias de qualidade sobre a temática. Os dados demonstraram, porém, que questões cruciais, desde uma perspectiva do interesse público, não estiveram presentes nas notícias de forma significativa.

Esse descaso também pôde ser avaliado pela pouca abertura da grande imprensa às opiniões e perspectivas da sociedade civil. A noção de sociedade civil que adotamos aqui envolve entidades e movimentos de caráter não-governamental, não-mercantil, não-corporativo e não-partidário. Segundo Liszt Vieira (1997, p. 63), “não se trata mais de um sinônimo de sociedade, mas de uma maneira de pensá-la, de uma perspectiva ligada à noção de igualdade de direitos, autonomia, participação”.

A idéia de cidadania presente na noção de sociedade civil é a mesma que legitima o jornalismo nas democracias, por ser uma forma de expressão do direito dos cidadãos à informação (GENTILLI, 2005). Subentende-se, assim, que dar visibilidade à sociedade civil faça parte do papel social do jornalismo.

Contudo, o percentual do enquadramento da temática dos transgênicos pelo ângulo

<sup>16</sup>Observa-se que o percentual de notícias com posicionamentos conflitantes em relação aos transgênicos (18,3%) não é igual ao percentual de matérias que apresentaram fontes com opiniões divergentes (36,2%), porque as opiniões nem sempre se referiram à posição favorável ou contrária aos transgênicos.

da sociedade civil foi o menor da categoria (4,7%).

O número de matérias em que organizações não-governamentais foram a principal fonte ouvida (5,2%) é igual ao de notícias que tiveram como fonte principal empresas produtoras e representa metade das que ouviram, prioritariamente, organizações corporativas ligadas à agricultura. Os critérios de seleção das fontes, portanto, também indicam a valorização de interesses particulares em detrimento da sociedade civil. Isso confirma a hipótese de que “a imprensa exerce a sua mediação dos fatos a partir do social e para o social, mas isso não significa que ela seja inteiramente permeável ao social” (SILVA. In: MOTTA (Org.), 2002, p. 52).

### Conclusão

Considerando que o acesso à informação jornalística é um direito-meio – “*que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo*”(GENTILLI, 2005, p. 128, grifo do autor) –, concluímos que a participação dos leitores dos jornais analisados no debate público sobre os transgênicos foi prejudicada pela pouca pluralidade de opiniões e pela ausência de informações cruciais nas notícias veiculadas sobre o assunto na grande imprensa brasileira, em 2004.

Não podemos, porém, deduzir que todas as notícias produzidas por esses jornais compartilham as características constatadas na cobertura analisada, tanto pela falta de elementos empíricos para tal conclusão quanto pela consciência de que a imprensa produz, em inúmeros momentos, informações de qualidade. Essa última constatação, a nosso ver, é o principal motivo para persistir na idéia de

que não existem empecilhos intransponíveis para a produção de informações de qualidade no jornalismo diário impresso.

Isso significa que a pretensão de qualidade não está além das capacidades do jornalismo e dos jornalistas e que a superação dos problemas verificados aqui não implica a mudança da natureza da informação jornalística – do seu caráter de conhecimento atual, construído a partir de um processo de mediação entre diferentes atores sociais – ou a transformação do jornalismo em um outro gênero de conhecimento. Implica, sem dúvida alguma, o compromisso profissional, do jornalista e das organizações jornalísticas, de utilizar todo o potencial da atividade para atender às expectativas do público.

### Sobre a autora

*Carina Andrade Benedeti, jornalista graduada pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e professora no Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e na Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC) de Taguatinga (DF).*

### Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CORREIA, João C. *O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público*. In: Revista de Comunicação e Linguagens. n. 27. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

- DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da Pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. In: Revista da Federação Nacional dos Jornalistas. Ano I, n. 1. Brasília: Fenaj, 1996.
- GENTILLI, Victor. *Democracia de massas*: jornalismo e cidadania. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- GUERRA, Josenildo Luiz. *A objetividade no jornalismo*. 183p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1998.
- HANSEN, Anders, COTTLE, Simon, NEGRINE, Ralph e NEWBOLD, Chris. *Mass Communication Research Methods*. New York: New York University Press, 1998.
- KARAM, Francisco José. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo*. Tradução: Wladir Dupont. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*: Norte e Sul. Tradução: Rafael Varela Jr. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LAGE, Nilson. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: UFSC, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O rádio na era da informação*. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em “tempo real”*: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- MOTTA, Luiz Gonzaga F. *Narratologia*: análise da narrativa jornalística. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- \_\_\_\_\_(Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- PARK, Robert E. *A notícia como forma de conhecimento*: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de Comunicação de Massa*. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 168-185.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTO, Mauro Pereira. *Media framing and citizen competence*: Television and audiences interpretations of politics in Brazil. 391 f. Tese de doutorado. Departamento de Comunicação, Universidade da Califórnia, San Diego, 2001.
- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Luiz Martins da. *Jornalismo Público*: o social como valor-notícia. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e seus efeitos*. Coimbra, Portugal: Minerva Coimbra, 2000.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. v. 2. *A tribo jornalística* – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular/UFSC, 2005.
- \_\_\_\_\_(Org.). *Jornalismo*: questões, teorias e “estórias”. Lisboa, Portugal: Vega, 1999.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.